
Seção Livre

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.47849>

Alforrias e libertos na ascensão da economia cacaueira do sul da Bahia: Ilhéus, 1810-1850

***Manumissions and freedmen in the rise of the cocoa economy in southern Bahia:
Ilhéus, 1810-1850***

***Manumisiones y libertos en el auge de la economía del cacal en el sur de Bahía:
Ilhéus, 1810-1850***

*Marcelo Loyola**

<https://orcid.org/0000-0002-1860-0616>

*Ivanice Ortiz***

<https://orcid.org/0000-0003-1567-2291>

*Raiza da Hora****

<https://orcid.org/0000-0002-0304-3386>

RESUMO: Esse artigo analisa a prática da alforria e os libertos em Ilhéus, município do sul da Bahia, região nordeste do Brasil. O recorte temporal da pesquisa (1810-1850) foi determinado pelas fontes utilizadas no estudo, quais sejam: Livros de Notas, inventários *post mortem* e relatos de viajantes estrangeiros. Nesse período, a economia de Ilhéus estava crescendo e o cultivo de cacau se alastrou na localidade junto com outras culturas, num processo marcado pela presença da escravidão. Esse estudo investiga a libertação dos escravizados por meio de pesquisas em cartas de alforria, pretendemos verificar as características das manumissões (alforrias), dos libertos e o

* Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB- DCHT), Campus XVIII (Eunápolis). Doutor em História (USP), pesquisador do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Ensino de História – GEPHENS (UNEB).

E-mail para contato: marceloandrade@uneb.br

** Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DCHT), Campus XVIII (Eunápolis). Doutora em História (UFMG), coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) da UNEB, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Ensino de História – GEPHENS (UNEB).

E-mail para contato: iortiz@uneb.br

*** Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DCHT), Campus XVIII (Eunápolis). Doutora em História (UFBA), coordenadora do projeto de pesquisa "Escravidão e Liberdade na Cidade da Bahia no século XVIII" e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Ensino de História – GEPHENS (UNEB).

E-mail para contato: raizahora@uneb.br

contexto de ascensão da economia cacaueira, inserindo o estudo entre as pesquisas históricas atinentes ao tema.

Palavras-chave: Ilhéus. Escravidão. Alforrias. Cacau.

ABSTRACT: This article analyzes the practice of manumission and the freed individuals in Ilhéus, a municipality in southern Bahia, northeastern Brazil. The temporal scope of the research (1810-1850) was determined by the sources used in the study, namely: Notary Books, post-mortem inventories, and accounts from foreign travelers. During this period, the economy of Ilhéus was growing, and cocoa cultivation spread throughout the region alongside other crops, in a process marked by the presence of slavery. This study investigates the liberation of enslaved individuals through research on manumission letters, aiming to verify the characteristics of manumissions, the freed individuals, and the context of the rise of the cocoa economy, situating the study within the historical research related to the topic.

Keywords: Ilhéus. Slavery. Manumission. Cocoa.

RESUMEN: Este artículo analiza la práctica de la manumisión y los libertos en Ilhéus, un municipio del sur de Bahía, en la región noreste de Brasil. El período temporal de la investigación (1810-1850) fue determinado por las fuentes utilizadas en el estudio, a saber: Libros de Notas, inventarios post mortem y relatos de viajeros extranjeros. Durante este período, la economía de Ilhéus estaba en crecimiento y el cultivo de cacao se expandió en la localidad junto con otros cultivos, en un proceso marcado por la presencia de la esclavitud. Este estudio investiga la liberación de los esclavizados a través de investigaciones en cartas de manumisión, con el objetivo de verificar las características de las manumisiones, de los libertos y el contexto de ascenso de la economía cacaotera, situando el estudio entre las investigaciones históricas relacionadas con el tema.

Palabras claves: Ilhéus. Esclavitud. Manumisiones. Cacao.

Como citar este artigo:

Loyola, Marcelo, Ivanice Ortiz, e Raiza da Hora. “Alforrias e libertos na ascensão da economia cacaueira do sul da Bahia: Ilhéus, 1810-1850”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 240-263.

Introdução

A alforria é um tema da escravidão brasileira que conta com amplos estudos, abrangendo diferentes áreas do país. Os estudiosos abordaram diversos aspectos desse processo, ampliando nosso entendimento acerca das particularidades do fenômeno da libertação dos escravizados no Brasil. Em linhas gerais, os pesquisadores destacaram os seguintes pontos a respeito de suas principais características: 1. A prática da alforria foi comum na história da escravidão brasileira; 2.

A alforria podia ser obtida em pias de batismo, em testamentos, inventários *post mortem*, ações civis de liberdade e em registros nos Cartórios; 3. Alcançar a alforria nem sempre significava se livrar da escravidão; 4. A alforria podia ser revogada por diversos motivos; 5. Muitos libertos viviam em condições precárias (Mattoso 1972; Schwartz 1974; Eisenberg 1987; Chalhoub 1990; Paiva 1995).

Esses pontos foram tratados pela historiografia dentro de perspectivas teóricas diferentes, com metodologias e objetivos próprios de cada pesquisador(a), os quais apresentam interpretações variadas acerca dos fatores que atuaram sobre a prática da alforria e suas consequências para a escravidão no Brasil.

Nesse estudo iremos investigar as alforrias registradas em Cartório de Notas. Trata-se de um tipo de alforria que na maioria das vezes era decorrente de acordos e negociações entre os escravizados e seus proprietários, envolvendo relações com interesses e sentimentos complexos. As tratativas para obtenção da alforria podiam demorar anos, até mesmo décadas, até que a pessoa escravizada pudesse oficializar sua carta de alforria no Cartório. Mesmo assim, dependendo do acordo, o alforriado podia ficar sujeito a cumprir determinada condição que restringiam o pleno gozo da “liberdade”.

Até antes da lei do Vento Livre (1871), a alforria podia ser revogada por ingratidão e por outros motivos. Outrossim, mesmo após essa lei, a condição de liberto era precária e estava permeada por diversos riscos, entre eles a possibilidade de retorno ao cativeiro (Grinberg 2006; Silva 2000; Pinheiro 2015)¹.

Apesar da precariedade estrutural do liberto, a prática da alforria se manteve durante todo o período da escravidão no Brasil, indicando que muitos escravizados buscaram a libertação por via legal, como era o caso da alforria. Essa prática, disseminada na história da escravidão brasileira, contribuiu para a formação de uma população considerável de pessoas libertas e livres, composta por indígenas, africanos e afro-brasileiros (crioulos) que construíram famílias e redes de parentesco e solidariedade dentro e fora do cativeiro, as quais exerceram papel importante na libertação das pessoas escravizadas (Oliveira 1988; Bellini 1988; Gonçalves 2017; Andrade 2019; Ortiz 2020; Hora 2024).

Esse artigo analisa a prática da alforria e os libertos em Ilhéus, município do sul da Bahia, nordeste do Brasil. O recorte temporal da pesquisa (1810-1850) foi determinado pelas fontes utilizadas no estudo, quais sejam: Livros de Notas, inventários *post mortem* e relatos de viajantes

¹ BRASIL, Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871. Art. 4º- § 9º Fica derrogada a Ord. liv. 4º, titl 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

estrangeiros. Pretendemos investigar as características das manumissões e o perfil de alguns libertos na localidade, inserindo o estudo entre as pesquisas históricas desenvolvidas sobre o tema.

Ilhéus, 1800-1850

Na primeira metade do século XIX o cultivo de cacau se expandiu no sul da Bahia. Em Ilhéus, a primeira variedade cultivada foi a espécie *Theodroma Cacao L*, tipo forasteiro, trazida da Amazônia (Garcez 1977, 48). A planta é muito exigente quanto ao solo, ao clima e aos cuidados e seu cultivo foi adaptado à mata atlântica de Ilhéus, que oferece condições ecológicas favoráveis. Após o plantio das mudas, demora-se em torno de quanto a cinco anos para que comecem a frutificar, podendo gerar duas ou três colheitas por ano (Bondar 1938, 126-142). As sementes do fruto servem de matéria prima para a fabricação do chocolate, uma bebida estimulante, cuja produção e consumo estavam crescendo à época na Europa e nos Estados Unidos (Porro 1997).

A Bahia, após as guerras de independência do Brasil (1822), ingressou em fase de prosperidade econômica, graças à abertura dos mercados brasileiros ao comércio exterior e às condições externas favoráveis ao açúcar, que provocaram aumento do número de engenhos e o incremento do tráfico de africanos na província (Mattoso 1992; Schwartz 1988; Barickman 2003). Esse contexto econômico favorável repercutiu em várias comarcas, inclusive nas localizadas no sul da Bahia, cujas ligações comerciais com Salvador, capital da província, estavam se intensificando.

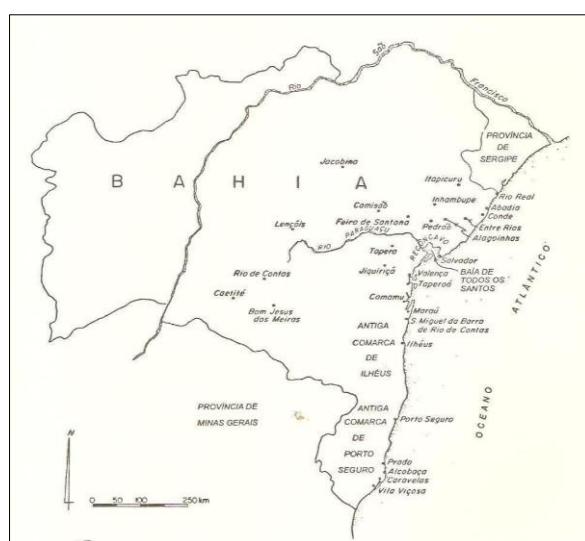


Figura 1: Mapa da Província da Bahia em meados do século XIX

Fonte: Barickman, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 37.

A Figura 1 mostra o mapa da Bahia com a comarca de Ilhéus, distante cerca de 450 quilômetros ao sul de Salvador. Seu território tinha aproximadamente duzentos quilômetros de costa, limitando-se com a vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas, ao norte, e com a comarca

de Porto Seguro, ao sul. No início do século XIX, esse território, rico em madeiras, água doce e solos férteis, ainda era pouco explorado do ponto de vista do seu potencial econômico. A maioria dos seus habitantes era formada por indígenas, africanos e afro-brasileiros (crioulos), que viviam como pessoas livres, libertas e escravizadas, além dos quilombos e dos aldeamentos indígenas espalhados na região (Reis 1996, 332-372; Freitas e Paraíso 2001; Mott 2010, 195-293).

Nessa comarca, a expansão da fronteira agrícola foi impulsionada pelos engenhos de açúcar, pelas plantações de cana, cacau, café e outras culturas que se alastraram na localidade, além da exploração de madeiras e da produção de farinha de mandioca (Campos 2006; Dias 2011).

A posse de cativos estava disseminada em Ilhéus, mas os dados sobre a população escravizada são escassos, dada a ausência de censos demográficos nessa época. Localizamos apenas 21 inventários *post mortem* de Ilhéus, distribuídos entre 1806 e 1850, entre os quais, 65% tinha ao menos um cativo no patrimônio, totalizando 72 escravizados.² Os registros e batismo de Ilhéus (1823-1843) contém informações sobre 451 pessoas escravizadas (75 homens, 186 mulheres e 190 crianças) (Mahony 2001, 99).

Os inventários, os Livros de Notas e a historiografia, indicam que a produção de açúcar era uma das principais atividades econômicas da localidade, mas havia muitos escravistas que eram lavradores, dedicando-se à agricultura de subsistência, conjugada com outras atividades.

O engenho Santana, por exemplo, era a maior unidade escravista de Ilhéus dessa época, com cerca de 222 cativos em 1828 (Schwartz 2001, 111). O alferes Guilherme Frederico de Sá, membro de família rica, foi o maior escravista que localizamos nos inventários. Antes de falecer, em 1838, ele possuía vinte mil covas de mandioca, vinte cativos, acessórios para fabricação de farinha e outros bens.³

Cacau e café, por sua vez, despontaram como culturas novas nesse contexto. Segundo Angelina N. Rolim Garcez (1977, 48), “nessa época o cacau não competia em igualdade de condições com os demais produtos de cultivo de curta duração e de consumo imediato, a exemplo da mandioca, do milho, do feijão e de outras culturas”. Mary Ann Mahony (2009, 740-741), salientou que muitos lavradores de cacau eram pobres, descendentes de indígenas e escravizados que pertenciam aos grandes proprietários locais, destacando ainda que:

O grande atrativo da lavoura cacauceira residia no fato de não se precisar de muito capital nem de braços para cultivá-la, especialmente quando comparada com as lavouras de cana e fumo, os dois grandes produtos de exportação da Bahia na época. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo,

² Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária (SJ), Ilhéus, Inventários.

³ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária (SJ), Ilhéus, Inventário de Guilherme Frederico de Sá, Est. n/c, Cx. 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

desde os mais pobres até os senhores de engenho com seu capital já empregado em engenhos, escravos e plantações e cana (Mahony 2009, 740-741).

A maioria dos habitantes de Ilhéus tinha acesso relativamente livre às terras, aos rios e ao mar, podendo desenvolver suas atividades de subsistência, complementando suas economias com o cultivo de cacau e café, produtos de exportação. A maior parte dos escravistas localizados nos inventários possuía, em média, de um a três cativos. Valentim de Oliveira, por exemplo, faleceu em 1806 e era dono da metade de um barco novo; da escravizada Catharina (angolana) e de dois crioulinhos, entre outros bens.⁴ Francisco Furtado da Silva morava na rua do Porto e tinha uma lancha de pescaria antes de falecer, em 1817, quando possuía trinta alqueires de sal, o cativo José (crioulo) e outros bens.⁵

A exploração de madeiras e o cultivo de mandioca eram atividades disseminados em Ilhéus. O vigário José de Lemos, por exemplo, faleceu em 1813 possuindo vários pranchões de jacarandá, além de uma casa, com oratório, a escravizada Joaquina (angolana), e seu filho pequeno.⁶ Outro escravista, José Jacinto Bezerra, falecido em 1816, tinha entre seus bens, duas moradas de casa, utensílios domésticos, uma canoa de vinhático e o cativo Manoel, avaliado em R\$ 130\$000⁷. Em 1833, Lino José da Costa possuía uma plantação com cerca de sete mil covas de mandioca, uma canoa, plantações de arroz e o crioulo Zacarias, idoso, doente, avaliado em R\$ 150\$000⁸.

A partir da década de 1830, o cacau começou a comparecer nas exportações da Bahia. Segundo Gregório Bondar (1938, 127), “as exportações de cacau da Bahia, quase todas provenientes do município de Ilhéus, continuaram crescendo em ritmo acelerado, sendo que em 1840 foram exportadas 103 toneladas e em 1850 essa cifra triplicou, atingindo 304 toneladas”.

O governo provincial, por sua vez, passou a incentivar a instalação de colônias agrícolas nessa época, quando várias famílias, nacionais e estrangeiras, se instalaram na localidade. Em 1818, a freguesia de Ilhéus tinha 2.400 almas (Spix e Martius 1981, 176). Em 1845 esse número passou a cerca de 2.745 habitantes, com população cativa estimada em aproximadamente 700 pessoas (Mahony 2001, 99). Na ocasião do censo de 1872, a população de Ilhéus era de 5.682 habitantes, dos quais 1.051 (18%) escravizados⁹.

Junto com os colonos estrangeiros vieram os projetos de abertura de estradas, invasão de terras indígenas e derrubada das florestas, num processo marcado pelo recrudescimento da

⁴ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Valentim de Oliveira, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 1, 12 nov. 1806.

⁵ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Francisco Furtado da Silva, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 7, 10 mar. 1817.

⁶ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de José de Lemos, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 3, 23 set. 1813.

⁷ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de José Jacinto Bezerra, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 5, 25 out. 1816.

⁸ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Lino Jose da Costa, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 12, 07 nov. 1833.

⁹ Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de fev. 2025.

escravidão. Em 1822, por exemplo, foi criada a colônia São Jorge dos Ilhéus, formada por 28 casais de alemães, num total de 161 indivíduos, entre eles havia ferreiros, padeiros, relojoeiros, alfaiares, carapinas e maquinistas (Lyra 1982, 29). Em Caravelas, extremo sul da Bahia, a colônia Leopoldina, fundada em 1824, chegou a possuir 50 mil pés de café e cerca de cem cativos (Carmo 2010, 25-26).

O avanço das lavouras contribuiu para intensificar as atividades econômicas de Ilhéus. A partir de 1830, as plantações de cacau e café aparecem com mais frequência na documentação, indicando que essas culturas estavam se alastrando na localidade. Em 1840, Pedro Gonçalves de Araújo vendeu para Eusebio Marques do Amaral, “[...] uma sorte de terra denominada de Alagoa, com vários pés de café, pelo valor de 126 mil reis [...]”¹⁰. Em 1846, a fazenda de Anna Telles de Menezes, localizada próximo ao rio Fundão, possuía plantações de café e seis escravizados.¹¹

Em 1848, Caetano José de Figueiredo vendeu “[...] uma plantação de cacau no rio da Cachoeira desta vila, no lugar chamado Caz, pela quantia de trinta e cinco mil réis [...]”¹². Em 1849, a fazenda do francês João Segismundo Cordier possuía sete cativos e mais de dois mil e quinhentos cacaueiros, entre os quais, mais da metade tinha entre 10 e 12 anos de idade, indicando que essas plantas eram cultivadas desde os anos de 1830.¹³

Em meados do século XIX, o cacau já era um produto importante para a economia de Ilhéus (Avé-Lallemant 1980, 74). Nessa época, alguns donos de engenho estavam começando a cultivar o fruto. Em 1850, o engenho Itacanoeiras, por exemplo, tinha dezessete escravizados e cem pés de cacau, entre outros bens.¹⁴ A fazenda Cabana, possuía um cativo, plantações de cacau, café e coco em 1856.¹⁵ Guilherme Mor, dono da fazenda Boa Vista, faleceu em 1856 possuindo, entre outros bens, um cativo e quase dois mil cacaueiros.¹⁶ João Adolfo Schmidt também faleceu em 1856 e sua maior riqueza eram os 1.300 pés de cacau que ele possuía.¹⁷ A fazenda Bom Retiro tinha duzentos pés de cacau em 1856, quando a esposa do proprietário faleceu.¹⁸

As alforrias

¹⁰ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 09, fl. 101, 05 out.1840.

¹¹ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ana Telles de Menezes, Est. 2, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 7, 31 out.1846.

¹² APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de compra e venda, L. 11, fl. 25, 04 nov.1848.

¹³ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de João Segismundo Cordier, Est. 2, Caixa 754, Maço 1220, Doc. 14, 26 maio 1849.

¹⁴ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Maria Luíza da S. Trindade. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 08, 09 de out. 1850.

¹⁵ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Florentina Maria dos Reis. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 11, 08 de ago. 1855.

¹⁶ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Guilherme Mor. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 14, 06 de fev. 1856.

¹⁷ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de João Adolfo Schmidt. Est. 02, caixa 786, maço 1253, doc. 10, 01 de fev. 1856.

¹⁸ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Francisca de Jesus. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 09, 26 de ago. 1856.

Os Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus contêm registros de várias negociações realizadas na localidade, sendo possível levantar informações sobre oitenta e sete cartas de alforrias, registradas entre 1810 e 1852.

Livros/ períodos	Registros		Média anual
	Nº	%	
Livro 5 (1810-1815)	7	8,0	1,15
Livro 6 (1822-1825)	19	22,0	4,75
Livro 7 (1832-1834)	15	17,2	3,75
Livro 8 (1835-1838)	21	24,1	5,25
Livro 9 (1838-1841)	10	11,5	2,5
Livro 10 (1841-1847)	12	13,8	1,71
Livro 11 (1848-1852)	3	3,4	0,6
Total	87	100,0	2,6

Tabela 1: Distribuição das alforrias. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5a 11, 1810-1852.

A Tabela 1 mostra a distribuição das cartas de alforrias nos Livros de Notas do Cartório de Ilhéus. Algumas lacunas temporais aparecem entre os Livros 5, 6 e 7, que podem ser explicadas, talvez, em razão do sumiço de alguns livros, ou devido às páginas deterioradas (ilegíveis) que a documentação apresenta. Esse total de manumissões, portanto, pode estar subestimado.

Nosso ponto de partida foi o ano de 1810, em que consta o registro da alforria de Marcelina, no Livro nº 5¹⁹. O último registro contabilizado ocorreu em 1848, no Livro nº 11, quando o senhor João Baptista Floresta alforriou o cativo Domingos²⁰.

A maior parte dos registros das alforrias deu-se entre os anos de 1822 e 1838, período de crescimento econômico e avanço da lavoura cacauceira em Ilhéus. Esse contexto podia apresentar maiores oportunidades de ganho para os escravizados, mas também podia significar indisposição dos escravistas em alforriar seus cativos, especialmente os adultos, principais ativos de produção da época.

A distância entre o tempo de concessão e o do registro das alforrias no Cartório chamou nossa atenção. O escravizado Joaquim, africano, pagou ao seu proprietário, Domingos José Dantas, a quantia de Rs. 210\$000 pela sua alforria, constando na documentação que ela foi concedida em 1816, porém, só foi registrada seis anos depois, em 1822.²¹ A crioulinha Caetana, cuja mãe pertencia ao casal formado por Antônio José da Siqueira e Maria do Carmo, obteve a alforria condicional

¹⁹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 5, fl. 2F, 18 dez.1810.

²⁰ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 35F, 13 dez.1848.

²¹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 18V, 02 nov. 1822.

mediante o pagamento de R\$ 30\$000, feito não se sabe por quem, no entanto, a carta foi concedida em 1815 e só foi registrada dez anos depois, em 1825.²²

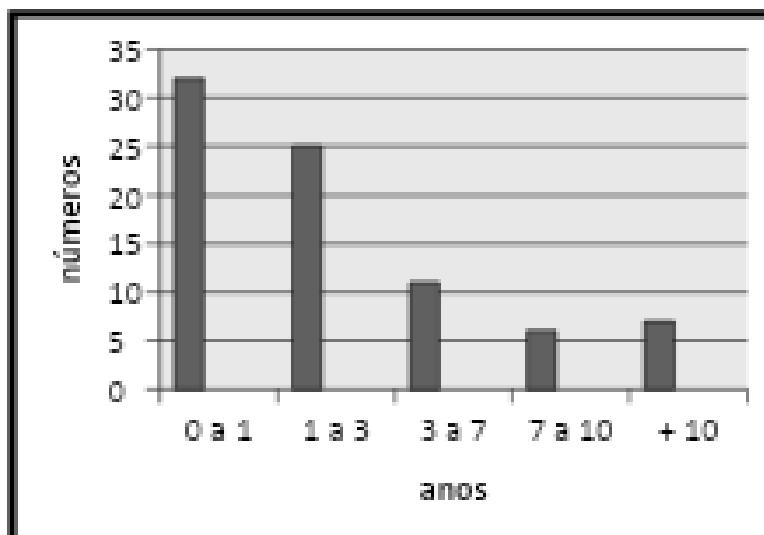


Gráfico 1: Variação de tempo entre a concessão e o registro das alforrias. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n°s 5 a 11, 1810-1852.

O tempo entre a concessão e o registro da alforria em Cartório podia ser de uma década. Em Ilhéus, na maior parte das vezes esse período foi de menos de um ano, como se ver no Gráfico 1. Ademais, alguns testamentos e inventários abertos nessa época contém alforrias que não foram localizadas nos referidos Livros de Notas, que podem ajudar a entender tais distâncias.

O escravizado Luiz, crioulinho, de dois anos e meio de idade foi alforriado em 1812, nas terças do inventário do seu senhor, Ignácio Nunes de Souza, pelo valor de R\$ 25\$000.²³ Outra alforria ocorreu durante a partilha dos bens de Guilherme Frederico de Sá, falecido em 1838, quando a crioula Maria Joaquina, idosa, apresentou a quantia referente ao preço de sua avaliação (R\$ 150\$000) e solicitou a liberdade.²⁴ Outro caso foi o de Antônio, crioulo, liberto em 1838 no testamento de Caetano Francisco de Figueiredo, com a condição de acompanhar e servir o senhor e o cônjuge deste até a morte.²⁵

Os herdeiros desses cativos, recém libertos, podiam contestar as alforrias e as negociações se estenderem por anos a fio, o que também pode explicar a demora entre a concessão e o registro da alforria em Cartório. De todo modo, incluímos essas três cartas em nosso banco de dados e contabilizamos 90 manumissões em Ilhéus, que resultaram em 92 alforriados, pois em dois casos

²² APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 71V, 16 maio 1825.

²³ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignácio Nunes de Souza, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 15, 11 ago.1812.

²⁴ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Guilherme Frederico de Sá. Est. n/c, Cx. 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

²⁵ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Caetano Francisco de Figueiredo, Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 3, 03 nov. 1838.

mais de um cativo foi liberto. Para sistematizar os dados agrupamos as alforrias em quatro decênios, de acordo com a condição das manumissões (alforrias)²⁶.

Condição Períodos	Onerosas		Não Onerosas	
	Nº	%	Nº	%
1810-1819	5	5,6	3	3,3
1820-1829	16	17,8	4	4,4
1830-1839	36	40,0	6	6,7
1840-1849	17	18,9	3	3,3
Total	74	82,3	16	17,7

Tabela 2: Distribuição das alforrias por períodos e condição. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, nos 5a 11, 1810-1852.

A maior parte das alforrias registradas no Cartório de Ilhéus foram onerosas, 74 (82,3%), assim consideradas todas aquelas pagas e/ou condicionadas; as demais, 16 (17,7%) foram obtidas de forma gratuita e incondicional. Entre estas últimas, quatro foram concedidas a adultos do sexo masculino e dez às pessoas do sexo feminino, entre os quais seis eram crianças, sendo duas sem identificação do sexo. Isso nos permite concluir que em Ilhéus, na maior parte das vezes o ônus da libertação do cativeiro recaiu sobre os escravizados, num processo que envolvia questões afetivas, étnicas e religiosas (Nishida 1993; Bellini 1988; Ferreira 2007).

Essa quantidade de alforrias em Ilhéus pode parecer pequena se comparada com a realidade de Salvador, 6.104 alforrias (1805-1850) ou com a do Rio de Janeiro, 4.835 alforrias entre 1840-1849, (Mattoso 1972, 45; Florentino 2005, 349). Todavia, se comparada com outras áreas do Brasil, distantes dos pontos terminais do tráfico de africanos e com economia inseridas em contextos regionais, ela não destoa muito. Em Montes Claros, norte de Minas Gerais, Alisson Freitas de Jesus (2007, 203) encontrou 145 manumissões entre 1830-1849; Alessandra Caetano Gomes (2008, 105), encontrou 118 alforrias em Uberaba-MG (1830-1850) e 211 em Franca-SP (1825-1850); Marcelo Santos Matheus (2012, 174), encontrou 102 alforrias em Alegrete-RS, registradas entre 1832 e 1850.

Do ponto de vista qualitativo, a prática da alforria em Ilhéus seguiu de perto aquilo que, em linhas gerais, perpassou todo o processo de manumissão dos cativos no Brasil do século XIX, ou seja, os escravistas não estavam dispostos a libertarem gratuitamente os escravizados mais valiosos: adultos, saudáveis, do sexo masculino. Embora a historiografia ofereça exemplos dessas ocorrências, na maioria das vezes isso acontecia quando o escravista estava no leito de morte (testamento) e, sobretudo, quando não tinham herdeiros necessários (Ferraz 2010; Silva 2010).

²⁶ As alforrias foram agrupadas de acordo com as datas de registros em cartório. As três alforrias não localizadas nos Livros foram incluídas na tabela com base nas datas dos testamentos e inventários.

Os cativos constituíam parcela considerável do patrimônio das famílias, sendo bens de alto valor comercial, disputados com frequência entre os herdeiros. Em Ilhéus, a escravizada Florênci, por exemplo, teve a alforria registrada por uma de suas proprietárias, Rosa Joaquina de São Jose, que recebeu R\$ 50.000 da cativa, liberta pela metade:

[...] cuja outra metade pertence a minha irmã Delfina Maria, que a houvemos por legitima da finada minha tia, Roberta Maria [...] Referida escrava que nos pertence forro como de efeito ha por forra liberta [...] Ficando sujeita a outra metade pertencente a dita minha irmã, podendo em virtude da presente gozar da metade de sua liberdade (APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 38F, 20 jun. 1839).²⁷

A situação de Florênci mostra a complexidade das relações escravistas e as dificuldades que as pessoas submetidas à escravidão enfrentavam para se libertar do cativeiro. A princípio, a manumissão era uma possibilidade aberta aos escravizados, mas dependia da vontade do senhor, que muitas vezes exigia pagamento em dinheiro e/ou em prestação de serviços. Cibia, portanto, às pessoas escravizadas desenvolver habilidades para alcançar a alforria: algumas optaram em manter bom relacionamento com o senhor, prestando “bons serviços”, outras construíram relações de compadrio, amizade e desenvolveram economias próprias. Essas estratégias, conjugadas no tempo, podiam ser eficientes ou insuficientes para a pessoa conseguir a própria libertação, mas permitia libertar um filho, a esposa ou um avô (a), por exemplo. As famílias se mobilizavam de várias formas para livrar os parentes da escravidão, mesmo sabendo que em certos casos o ganho com a libertação podia ser parcial.

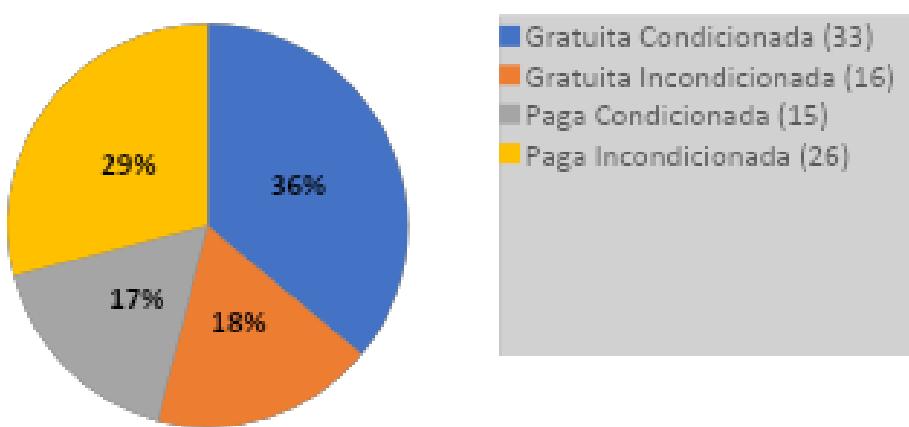


Gráfico 2: Tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, nos 5 a 11, 1810-1852

²⁷ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 38F, 20 jun. 1839. Atualizamos a grafia da época para o português atual, mantivemos a forma original no que diz respeito ao vocabulário e a construção das frases.

O Gráfico 2 mostra alto percentual de alforrias que condicionavam a pessoa liberta a continuar acompanhando e prestando serviços ao senhor, ao cônjuge ou parentes destes, normalmente até a morte dos mesmos. Em Ilhéus, 36% das alforrias foram desse tipo, que classificamos como “gratuitas condicionadas”, ou seja, aquelas obtidas sem a contrapartida financeira, mas com imposição de condições a serem cumpridas pelos libertos; 17% foram do tipo “pagas condicionadas”, em que os cativos ou familiares pagaram pelas alforrias, mesmo assim, o liberto também devia cumprir condições. Isso significa que nessa localidade, mais da metade dos alforriados (53%) não rompeu os vínculos com a escravidão logo após a obtenção da alforria.

Outras cartas foram classificadas como “pagas incondicionadas”, isto é, os cativos pagavam e em seguida se tornavam plenamente libertos (29%). Somente 18% foram do tipo “gratuita e incondicional”, ou seja, quando não houve pagamento em dinheiro, nem imposição de cláusulas suspensivas ao gozo da liberdade.

No entanto, devemos ressaltar que entre os libertos de forma gratuita e incondicional (18%), havia muitas crianças, que certamente permaneciam no cativeiro junto com as mães. Nesses casos, é possível inferir que os escravistas obtinham um ganho político ao libertar uma criança cuja mãe permanecia no cativeiro, o mesmo deve ter ocorrido com os libertos sob condição, que deviam continuar prestando serviços ao senhor.

Em 1824, uma criança descrita como “Esmeria, mulatinha, filha da escrava Victoria”, recebeu alforria gratuita, porém com a condição de acompanhar e servir o seu senhor até a morte.²⁸ Caso o senhor fosse idoso, essa criança podia entrar no gozo da liberdade após a morte deste, algo que podia não demorar muitos anos para acontecer. Entretanto, se a mãe dessa criança continuasse no cativeiro, o efeito da alforria na vida da menor podia ser relativo. Sendo a mãe escravizada, os herdeiros podiam continuar explorando a menor, por outro lado, os familiares da criança também podiam mobilizar estratégias para afastá-la da escravidão, convidando-a a morar com os libertos.

Em Ilhéus e em outras partes do Brasil, mesmo após a obtenção das alforrias, as relações de dependência podiam se prolongar por anos. Em Salvador, os estudiosos (as) do tema adotaram diferentes critérios de classificação das alforrias. Kátia Maria de Q. Mattoso (1972, 45) utilizou apenas dois: alforrias pagas 2.558 (42%) e gratuitas 3.546 (58%), impossibilitando saber os percentuais das condicionadas. Mieko Nishida (1993, 248-249), ao analisar o período de 1808-1842, levantou dados sobre 1.577 alforrias, entre as quais 558 (35%) foram classificadas como pagas e 1.019 (65%) como não pagas, entre estas últimas, 266 (17%) eram condicionadas e 753 (48%) incondicionadas.

²⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 49VF, 20 mar. 1824.

No Rio de Janeiro, os estudos sobre as manumissões também se preocuparam com outras questões e a classificação das alforrias obedeceu a critérios próprios de cada autor (a). Mary C. Karasch (2000, 460) classificou as 904 cartas de alforrias registradas entre 1807 e 1831 da seguinte forma: compradas 356 (39%); condicional 195 (22%); incondicional 182 (20%) e dadas em testamento 171 (19%). Manolo Florentino (2005, 349), por sua vez, estudou a prática das alforrias no Rio de Janeiro entre 1840-1871, classificando as alforrias em gráitis, servir e pagas. Para o período entre 1840-1849, ele constatou que 2.349 (48%) foram gráitis; 1.147 (24%) tinham prestação de serviços, e 1.339 (28%) foram pagas.

Embora esses exemplos não nos autorizem afirmar categoricamente que no Brasil a maior parte das alforrias eram obtidas por meio da compra e/ou prestação de serviços, como ocorreu em Ilhéus, outros estudiosos do assunto se preocuparam em aprofundar as análises das características das manumissões, permitindo constatar, por exemplo, que alforrias do tipo gratuita e incondicional representavam a menor parcela das cartas registradas em Cartório de Notas.

Em São Paulo, Enidelce Bertin (2004, 83) encontrou 917 alforrias entre 1800 e 1850, das quais apenas 229 (25%) eram gratuitas incondicionais. Esse percentual foi de 28% entre as 875 alforrias investigadas em Rio de Contas, alto sertão da Bahia, entre 1800-1850 (Almeida 2012, 125); em Montes Claros (MG), ele foi de 29% entre as 145 alforrias estudadas por Alysson F. de Jesus, distribuídas entre 1830 e 1849 (Jesus 2007, 203); em Franca (SP) entre 1825-1850, e em Uberaba (MG) entre 1830-1850, os índices foram de 29% e 30%, respectivamente (Gomes 2008, 105).

Os preços médios das alforrias variavam de acordo com as características do cativo. Em Ilhéus, o menor valor pago por uma alforria era de uma criança, de nome Lúcia, descrita como crioula, mulatinha, filha de Antônia, escravizada que pertencia ao casal formado por Luiz Gonzaga Lopes e Maria do Nascimento, que alforriou a criança em 1834, pelo valor de Rs. 10\$000, pago nas terças da senhora.²⁹ Por outro lado, o valor mais alto de uma alforria foi pago por Benta Januária, mãe do escravizado de nome Francisco, descrito como crioulo, adulto, propriedade de Joaquim José da Costa Seabra, que em 1848 recebeu Rs. 500\$000 pela alforria incondicional do cativo.³⁰

Períodos	<u>Alforrias Avaliadas</u>		Preços médios (em mil réis)
	Nº	%	
1810-1819	3	6,8	51\$660
1820-1829	14	31,8	127\$312

²⁹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 71F, 22/02/1834.

³⁰ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 28F, 11/11/1848.

1830-	19	43,2	116\$376
1839			
1840-	8	18,2	238\$750
1849			
Total	44	100,0	137\$849

Tabela 3: Preços médios das alforrias por períodos. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5a 11, 1810-1852.

Em Ilhéus, os preços que as pessoas escravizadas ou seus familiares pagaram pelas alforrias não destoa muito daqueles praticados em outras áreas do Brasil. No Rio de Janeiro, nos primeiros lustros do século XIX, o preço médio foi de Rs. 167\$568 para alforrias de homens, e de Rs. 151\$602 para as de mulheres (Karasch 2000, 452), já em Salvador, entre 1829-30, tais preços foram de Rs. 266\$000 e Rs. 102\$000, respectivamente (Mattoso; Klein; Engerman 1988, 66).

Além dessa realidade, onde os cativos estavam inseridos em grandes centros urbanos e pontos terminais do tráfico de escravizados, os preços médios das alforrias em Ilhéus também não se distanciou muito dos verificados em outras partes do Brasil. Em Rio de Contas, sertão da Bahia, por exemplo, Kátia Lorena Novais Almeida (2012, 200) encontrou preços médios que, no período de 1800 e 1850, variaram entre o mínimo de Rs. 99\$000 e o máximo de Rs. 431\$000; em Uberaba (MG) e Franca (SP) a variação foi entre Rs. 100\$000 e Rs. 500\$00 no período de 1825 a 1850 (Gomes 2008, 131-132) e em Porto Alegre (RS), entre 1800-1835, os preços das alforrias variaram entre Rs. 111\$000 e Rs. 300\$000 (Aladrén 2009, 75-76).

No caso de Ilhéus, como na maioria das localidades brasileiras, os libertos do sexo feminino superavam os do sexo masculino em número absolutos e percentuais, elas somavam 57 (62%) dos alforriados, enquanto eles perfizeram o total de 35 pessoas (38%). Uma das explicações para essa questão pode estar relacionada com os preços das alforrias, que variava de acordo com o sexo, como se ver na Tabela 4, que inclui somente as alforrias pagas.

	Alforrias Pagas		Preços Médios
Sexo	N	%	(em mil réis)
Masculino	14	37,8	162\$000
Feminino	23	62,2	132\$712
Total ^a	37	100	143\$794

Tabela 4: Preços médios dos alforriados por sexo. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5a 11, 1810-1852.

^a – Não inclui as alforrias com preços descontados nas terças dos inventários.

Em média, os preços das alforrias das mulheres eram mais baixos que o dos homens, algo que também foi verificado em outras partes do Brasil. Para os escravizados, libertar a mulher significava que os futuros filhos estariam livres, já que até antes da Lei 2.040 de 1871 (Ventre Livre) vigorava no Brasil o princípio do parto segue o ventre. Como observou Karasch (2000, 453) “Os escravos preferiam às vezes libertar primeiros suas esposas, para que os filhos nascessem livres”

No entanto, a questão parece ser mais complexa. As mulheres possuíam habilidades histórica no pequeno comércio de rua e poderiam se prostituir, o que lhes conferia vantagens sobre eles. Ademais, normalmente elas estavam mais próximas dos seus senhores/as, amparando-os na doença e, às vezes, em outros “momentos de fraquezas”, o que de certa forma influenciava as relações construídas dentro dos regimes escravistas, como argumentou Eduardo França Paiva:

No período do cativeiro elas estiveram mais próximas de seus proprietários e parece terem, perfeitamente, sabido tirar proveito dessa oportunidade. Dos intercursos sexuais à sustentação econômica e ao bom tratamento das doenças dos senhores, elas tudo fizeram e não permitiram escapar qualquer chance que as levasse à libertação (Paiva 1995, 103).

Além da questão atinente ao sexo, outra peculiaridade na obtenção das alforrias diz respeito à idade dos cativos. Em Ilhéus, entre os 92 alforriados que investigamos foi possível constatar que 33 (36%) eram crianças, descritas nos documentos como “pardinho”, “mulatinho”, “crioulinho”, sendo que alguns casos aparece a idade ou a denominação filho/filha de escrava.

A maior parte dos alforriados era composta por adultos 56 (61%), assim classificados todos aqueles que não tiveram a idade mencionada no documento, sendo que apenas 3 (3%) eram idosos ou velhos. Os preços das manumissões também variavam de acordo com a idade do cativo, como mostra a Tabela 5, que inclui apenas as alforrias pagas.

Alforrias Pagas		Preço Médio	
Idade	Nº	%	(mil réis)
Crianças	8	21,6	82\$500
Adultos	27	73,0	166\$310
Idosos	2	5,4	85\$000
Total ^a	37	100	143\$794

Tabela 5: Preços médios dos alforriados por idade. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5a 11, 1810-1852.

a – Não inclui as alforrias com preços descontados nas terças dos inventários.

O preço médio das alforrias das crianças corresponde praticamente à metade do preço das alforrias dos adultos. Provavelmente, esse fato influenciava a decisão da família na hora de libertar um parente da escravidão, dadas as dificuldades econômicas da maioria das pessoas escravizadas. Todavia, os preços médios encobrem as particularidades que merecem ser explicadas.

Em 1840, por exemplo, foi pago Rs. 200\$000 pela alforria do escravo João, crioulinho com 5 anos de idade, que teve a alforria comprada de modo incondicional pelo seu pai, “[...] cujo escravo por haver recebido de seu pai Jose Felipe a quantia de duzentos mil réis lhe dou a liberdade de hoje em diante que gozara como se livre nascesse sem que jamais se possa constranger a servidão.”³¹

Em contrapartida, o escravizado Calisto, adulto, pagou pela sua alforria Rs. 16\$000, destinado a uma capela de missa a ser rezada pela alma do senhor. No entanto, sua alforria era condicional, de modo que ele deveria acompanhar e servir o seu senhor até a morte, só depois de cumprir essa condição ele poderia “dispor de sua vida como bem quisesse e entendesse.”³² Esses exemplos mostram que cada alforria apresenta peculiaridades, revelando diferentes caminhos e situações enfrentados pelos cativos para se libertarem da escravidão.

A presença expressiva de libertos do sexo feminino e de crianças pode ser um indicativo da constituição de famílias escravizadas em Ilhéus. As cartas de alforrias permitem verificar a atuação de vários familiares resgatando parentes do cativeiro.

Ano de registro	Alforriado(a)	Idade	Pagante/Valor (mil réis)	Tipos de Alforrias
1815	Lourenço	4 anos	Joaquim Vaz (Pai)	Grat. Incond.
1832	Barbeana	Adulta	Avó (250\$000)	Pg. Incond.
1835	Maria Romana	Adulta	José Manoel (Esposo) Pagou c/ outro escravo	Pg. Incond.
1837	Francisca	Criança	Gregório José (Pai) Pagou c/ outra escrava	Pg. Incond.
1837	Anna Valentina	Criança	Domingos Pereira (Avô) (40\$000)	Pg. Incond.
1840	João	5 anos	Jose Fellipe (Pai) (200\$000)	Pg. Incond.
1840	Maria	Adulta	Pai (400\$000)	Pg. Incond.
1840	Margelena	2 anos	Pai (30\$000)	Pg. Incond.
1842	Felipe	2 anos	Antônio José da S. Quadrado (Pai) (40\$000)	Pg. Condic.
1843	Desidério	5 anos	Francisco Cyrillo de Magalhães (tio/padrinho) (180\$000)	Pg. Incond.
1848	Francisco	Adulto	Benta Januária (Mãe) (500\$000)	Pg. Incond.

Quadro 1: Alforriados com alforrias pagas por parentes. Ilhéus, 1810-1850

³¹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 68V, 19 fev. 1840.

³² APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 63V, 31 out. 1833.

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, nºs 5 a 11, 1810-1852.

O Quadro 1 mostra a presença de familiares resgatando parentes da escravidão. No dia 22 de março de 1823, por exemplo, Joaquim Vaz compareceu no Cartório de Ilhéus para registrar a compra que fez do escravizado Lourenço, descrito como cabrinha, de aproximadamente quatro anos de idade, filho da escravizada que pertencia a Francisco Falia, que o vendeu pelo preço de R\$ 40\$000. Nessa negociação, o comprador fez a seguinte revelação, “[...] conheço que é meu filho o dito escravo que comprei de que faço menção e para libertar meu sangue e lhe dar a liberdade fiz esta compra a fim de forrar como com efeito o forro e o tenho forrado de minha livre vontade [...]”.³³ Em seguida, o pai de Lourenço registrou a alforria do filho, de forma gratuita e incondicional.³⁴ Em Ilhéus, vários pais resgataram filhos do cativeiro.

No que diz respeito à origem dos libertos, constatamos que a maioria, 79 (86%) era formada por crioulos, pessoas que provavelmente nasceram em Ilhéus, ao passo que os de origem africana representaram 11% dos alforriados (as). Entre estes, quatro foram descritos como africanos, dois de origem Mina e os demais eram de Angola, Congo, Nagô e Haussá.

A baixa representação dos africanos entre os alforriados de Ilhéus refletir as características da população escravidão na localidade, que não recebia muita influência do tráfico atlântico. Apesar do avanço das plantações de cacau em Ilhéus nessa época, o produto ainda não tinha importância significativa na economia baiana, cujos principais artigos de exportação eram açúcar, fumo e algodão (Barickman 2003, 56-57). Portanto, a demanda por trabalhadores era baixa em Ilhéus, ao contrário de Salvador e do Rio de Janeiro, locais de desembarque do tráfico e grandes centros urbanos do Brasil, onde o percentual de africanos entre os alforriados foi de 49% e entre 40 e 50%, respectivamente (Mattoso 1972, 38; Karasch 2000, 451; Florentino 2005, 349).

Não percebemos diferenças significativas entre os tipos de alforrias obtidas por crioulos e africanos em Ilhéus. Três africanos conseguiram pagar pela sua libertação, todos eram homens, entre estes um deveria cumprir condição. Os demais obtiveram alforrias de forma gratuita, porém, em apenas um caso ela ocorreu de forma incondicional. Essas pessoas, assim como os crioulos, enfrentaram desafios semelhantes para se livrarem da escravidão por meio da alforria, ou seja, poucos conseguiram pagar e/ou obter a libertação imediata. A única diferença é que em Ilhéus nenhuma africana, entre as investigadas nesse estudo, conseguiu comprar a alforria, ao contrário das crioulas, que o fizeram.

Os libertos

³³ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 32F, 23 mar. 1823.

³⁴ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 33F, 23 mar. 1823.

Na maioria das vezes, a carta de alforria expressa o protagonismo dos senhores escravistas, ressaltando seu “poder” na concessão do “benefício”. Desse modo, ficamos sem saber muita coisa sobre a atuação dos escravizados. Como eles se articulavam para conseguir comprar as alforrias? Quais eram suas possíveis economias? Como as famílias se organizavam para resgatar parentes da escravidão?

Infelizmente, as alforrias compulsadas não permite responder todas essas questões. No entanto, algumas pistas sobre os libertos foram encontradas em inventários *post mortem* e testamentos.

Em 1832, por exemplo, o alforriado Emigidio, descrito como preto de nação Mina, teve a alforria coartada no valor de Rs. 250\$000, “[...] tendo pago 160 mil e ficando devendo o restante para pagar o mais breve que puder, logo que tenha lavouras para vender [...]”.³⁵ Assim, ficamos sabendo que Emigidio era lavrador, mas não conseguimos identificar qual artigo ele cultivava.

Outros casos trazem mais informação. Em agosto de 1812, por exemplo, foi aberto o inventário de Ignácio Nunes de Souza. No testamento, que acompanha o processo, consta que ele era preto forro e entre os bens arrolados em seu patrimônio havia seis escravizados, entre os quais havia o crioulinho Luiz, com 12 anos de idade, liberto de forma gratuita e incondicional nas terças do inventário, pela quantia de Rs. 25\$000.³⁶

Em novembro de 1838, foi aberto o inventário de Caetano Francisco de Figueredo, que tinha 65 anos de idade e era filho natural de Caetana da Cruz, descrita como preta, de nação Gegê. No testamento, que também acompanha o processo, ele mandou rezar missa pela alma de quem o criou e o libertou. Assim, ficamos sabendo que Caetano Francisco era preto forro, na época detinha a posse de cinco cativos, entre eles dois africanos. No testamento ele libertou o crioulo Antônio, de forma gratuita, porém, com a condição de acompanhar e servir o casal até a morte. Ademais, ele deixou Rs. 50\$000 para o escravizado de nome Diogo (crioulo), ainda moço, pescador e marinheiro, e outros Rs. 50\$000 para Joaquim, africano, idoso, também escravizado, pescador e prático de embarcações.³⁷

Esses casos servem para ilustrar a complexa rede de relações sociais que os escravizados de Ilhéus construíram. Aos 65 anos de idade, Caetano passou parte de sua vida no cativeiro, obteve a sua alforria e se tornou escravista, dono de cinco cativos, da casa em que residia, construída de taipa e coberta de telha, avaliada em Rs. 150\$000 e de uma lancha velha com utensílios de navegar, armada de garoupeira e panos usados, avaliada em Rs. 225\$000, dentre outros bens.

³⁵ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 26V, 17 set. 1832.

³⁶ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignácio Nunes de Souza. Est. 02, Cx. 863, Ms. 1332, Doc. 15, 11 ago. 1812.

³⁷ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Caetano Francisco de Figueredo. Est. 03, Cx. 1270, Ms. 1739, Doc. 3., 03 nov. 1838.

Provavelmente, Caetano trabalhava na navegação junto com seus cativos. A proximidade com eles pode ter influenciado a sua decisão de beneficiar alguns escravizados com alforria e dinheiro.

Contudo, não devemos criar uma imagem idealizada desses relacionamentos. Encontramos casos em que a pessoa escravizada ofereceu outro cativo em troca da própria alforria, como aconteceu com Felipe, de nação Congo, que em 1836 ficou liberto incondicionalmente “[...] por haver permitido por outro, de nome Antônio, de nação Congo, sua pessoa, que aceitei por não lhe desmerecer em presença e como faço de minha livre vontade lhe passo o presente título de liberdade que gozará de hoje em diante [...]”³⁸.

Como o africano Felipe, escravizado em Ilhéus, conseguiu obter outro cativo e oferece-lo em troca de sua alforria? Quais meios ele utilizou para formar pecúlio?

As pessoas submetidas à escravidão desenvolveram várias estratégias de resistência. O acesso ao crédito, por exemplo, era uma possibilidade de criar condições para formar pecúlio. O vigário José de Lemos, envolvido na exploração de madeiras, oferecia crédito à população de Ilhéus antes de falecer, em 1813. Entre seus devedores constam escravizados como Pedro, dono da menor dívida (Rs. \$160), e João, que tinha a mais alta (Rs. 1\$120). Nesse inventário, uma dúzia de madeira jacarandá, pronta para o embarque, foi avaliada em Rs. 13\$000.³⁹ Essa atividade podia gerar renda para os cativos e libertos de Ilhéus, inclusive, na revolta do engenho Santana, em 1789, eles reivindicaram o direito de explorar madeira “[...] poderemos cada uma cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso” (Schwartz 2001, 112).

As irmandades religiosas também forneciam crédito à população livre, liberta e escravizada de Ilhéus. Quando faleceu, em 1817, Francisco Furtado da Silva tinha quatro filhos com a preta forra Eulália e devia Rs. 43\$200 à Irmandade do Santíssimo Sacramento⁴⁰. Manoel do Nascimento, crioulo forro, devia Rs. 6\$660 à irmandade de São Benedito, dívida paga pelo liberto Caetano Francisco de Figueiredo, falecido em 1838, anteriormente analisado.⁴¹

Certamente, escravizados e libertos em Ilhéus desenvolviam suas economias próprias, por meio de atividades agrícolas, da pesca, da exploração de madeiras, da prestação de serviços, entre outras atividades. Ao visitarem Ilhéus em 1818, os estrangeiros Spix e Martius (1981, 178), descreveram que “[...] crustáceos, mariscos e peixes, juntamente com bananas e farinha de

³⁸ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 42F, 21 maio 1836.

³⁹ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de José de Lemos, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 3, 23 set. 1813.

⁴⁰ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Francisco Furtado da Silva, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 7, 10 mar. 1817.

⁴¹ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Caetano Francisco de Figueiredo, Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 3, 03 nov. 1838.

mandioca constituem a usual alimentação dos habitantes do litoral [...]” Em Ilhéus, a lagoa do Itaípe era famosa por ser muito rica em peixe, podendo ter sido utilizada como fonte de pesca para alimentação e comércio (Maximiliano 1989, 342).

Outra atividade capaz de gerar renda para cativos e libertos de Ilhéus era a produção de farinha de mandioca. Ignácio Nunes de Souza, preto forro, casado com Maria Felizarda, vivia dessa atividade antes de falecer, em 1812. O casal morava na rua São Bento, em casa coberta de telha, possuía cinco mil covas de mandioca, acessório para fabricação de farinha e seis cativos.⁴²

Desde o período colonial, a produção de farinha de mandioca estava disseminada em Ilhéus (Dias 2011). Na primeira metade do século XIX, pessoas de diversas condições sociais fabricavam esse artigo, desde o alferes Guilherme Frederico de Sá⁴³, membro de família rica, até pessoas alforriadas, como Ignácio Nunes de Souza.⁴⁴

Essas pessoas, egressas do cativeiro, também estavam envolvidas com produção de cacau e café. Em 1839, por exemplo, Antônio Quintino, crioulo forro, vendeu para Manoel Cardoso da Silva “[...] um quinhão de terra na costa do Mamoã, com uma pequena porção de pés de café, coqueiros e dois pés de laranjeiras, tudo por cinquenta mil réis [...].”⁴⁵ O escravizado João, trabalhava na fazenda de cacau denominada Santa Cruz, propriedade do francês João Segismundo Cordier, onde eram cultivados 2.877 pés de cacau, sendo que oitenta e quatro cacauzeiros não foram avaliados porque pertenciam ao aludido cativo. Neste caso, considerando que um pé de cacau foi avaliado em R\$ 3\$000, a plantação de João equivalia a 63% do preço de sua avaliação no inventário, que foi de R\$ 400\$000.⁴⁶

Considerações finais

Esse artigo analisou a prática da alforria em Ilhéus na primeira metade do século XIX, precisamente entre 1810-1850. A maior parte das manumissões se concentrou entre 1832 e 1848, com média anual de libertação entre 1,7 e 5,2 escravizados, numa população cativa estimada em cerca de 700 indivíduos nos anos 1840 (Mahony 2001, 99). Em Salvador, entre 1819 e 1888, a média anual foi de 500 alforrias, representando cerca de 4% a 6% da população escravizada urbana (Mattoso, Klein e Engerman 1988, 61-62). Esses dados sugerem que, embora a prática da alforria fosse disseminada no Brasil, proporcionalmente ao total da população escravizada, poucas pessoas conseguiam se livrar do cativeiro por meio da alforria, sobretudo pela compra.

⁴² APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignacio Nunes de Souza, Est. 02, Cx. 863, Maço. 1332, 11 ago. 1812.

⁴³ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Guilherme Frederico de Sá, Est. n/c, Cx. 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

⁴⁴ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignácio Nunes de Souza. Est. 02, Cx. 863, Ms. 1332, Doc. 15, 11 ago. 1812.

⁴⁵ APEB, SJ, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 09, fl. 57, 23 nov. 1839.

⁴⁶ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de João Segismundo Cordier, Est. 2, Caixa 754, Maço 1220, Doc. 14, 26 maio 1849.

Ademais, a imposição de cláusulas suspensivas ao pleno exercícios da “liberdade” atingiu em torno de 53% dos alforriados em Ilhéus, obrigando muitos libertos a continuarem acompanhando e servindo o senhor até a morte, como ocorreu em outras partes do Brasil. Desse modo, é fundamental considerar que nem todo alforriado era inteiramente livre, como salientou Paiva (1995, 108) “[...] quem tem o dever de comprovar sua liberdade, livre não é”.

Outros autores, como Stuart B. Schwartz (1988, 142-143), destacou que tanto a alforria, quanto a permissão para que os cativos cultivassem suas roças, funcionou como o melhor meio para os senhores obterem a quantidade e a qualidade de trabalho desejada.

Essa dinâmica também se apresentou em Ilhéus, com alto índice de mulheres e crianças entre os libertos. A princípio, a alforria era uma possibilidade aberta a todos, mas na prática eram necessários anos de trabalho, dedicação e economia para alcançá-la. Ademais, as articulações dos cativos e dos seus familiares foram determinantes em muitas ocasiões.

Em Ilhéus, certamente os escravistas utilizaram a alforria para reforçar o paternalismo e manter as antigas relações de servidão e fidelidade dos libertos. No entanto, os cativos também obtinham vantagens nesse processo, do contrário não teriam empenhado anos de economia e dedicação ao trabalho para alcançar a alforria. Assim, esse documento, bem como suas implicações, não eram um simulacro, um engodo. As pessoas se empenharam para emergir da escravidão por via legal, algumas conseguiram, de fato, outras continuaram no caminho. De todo modo, suas ações impactaram suas vidas e dos seus familiares.

Referências bibliográficas:

- Aladrén, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.
- Almeida, Kátia Lorena Novaes. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX*. Salvador: EdUFBA, 2012.
- Andrade, Marcelo Loyola de. “Nos labirintos da liberdade. Das alforrias na lavoura cacauceira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.
- Avé-Lallemant, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- Barickman, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Bellini, Lígia. ““Por amor e por interesse”: a relação senhor-escravo em cartas de alforrias”. Em *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. org. João José Reis, 73-86. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Bertin, Enidelce. *As alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004.

- Bondar, Gregório. *A lavoura cacauceira da Bahia*. Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia. Salvador, 1938.
- Campos, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed. Ilhéus: Editus, 2006.
- Carmo, Alane Fraga do. “Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850-1888)”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2010.
- Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Dias, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.
- Eisenberg, Peter. “Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX”. *Estudos Econômicos*, 17, n. 2 (1987): 175-216.
- Ferraz, Lizandra Meyer. “Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX”. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- Ferreira, Roberto Guedes. “A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX)”. *Afro-Ásia*, n. 35 (2007): 83-141.
- Florentino, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. Em *Tráfico, cativeiro e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*, org. Manolo Florentino, 331-366. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Freitas, Antônio Fernando Guerreiro de, e Maria Hilda Baqueiro Paraíso. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania os frutos de ouro e a princesa do Sul. Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.
- Garcez, Angelina Nobre Rolin. “Mecanismos de formação da propriedade cacauceira no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1977.
- Gomes, Alessandra Caetano. “As alforrias em duas regiões do sudoeste escravista, 1825-1888”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.
- Gonçalves, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. Ibicaraí: Via Litterarum, 2017.
- Grinberg, Keila. “Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX”. Em *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*, org. Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça, 101-128. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- Hora, Raiza Cristina Canuta da. “Protagonismo materno na conquista da liberdade: Salvador, 1750-1770”. Tese de Doutorado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2024.
- Jesus, Alysson Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade, 1830-1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.
- Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Lyra, Henrique Jorge Buckingham. “Colonos e Colônias: uma experiência de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1982.
- Mahony, Mary Ann. “Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauceira da Bahia”. *Especiaria, Cadernos de Ciências Humanas*, 10, n. 18, (2009): 738-793.

- Mahony, Mary Ann. ““Instrumentos Necessários” Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889”. *Afro-Ásia*, n. 25-26, (2001): 95-139.
- Matheus, Marcelo dos Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós, Herbert S. Klein, e Stanley L. Engerman. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888”. Em *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. org. João José Réis, 60-72. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. 1972. “A propósito de cartas de alforrias: Bahia 1779-1850”. *Anais de História*, Ano IV, Assis, Brasil, 1972.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- Mott, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EdUFBA, 2010.
- Nishida, Mieko. “As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888”. *Estudos Econômicos*, 23, n. 2, (1993): 227-265.
- Oliveira, Maria Inês Cortes de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- Ortiz, Ivanice Teixeira Silva. “Meus filhos e minhas crias: escravos de Leite e de pé no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871)”. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- Paiva, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- Pinheiro, Fernanda Domingos. “Impedidos de “tratar da vida”: os desafios enfrentados pelos libertos na sociedade colonial”. *Revista de História (USP)*, v. 172, (2015): 01-22.
- Porro, Antônio. “Cacau e chocolate: dos hieróglifos maias à cozinha ocidental.” *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 5, n. 1 (1997).
- Reis, João José. “Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806”. Em *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, org. Reis, João José e Flávio dos Santos Gomes, 332-372. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Schwartz, Stuart B. 1974. “A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745”. *Anais de História*, Ano VI, 1974.
- Schwartz, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- Schwartz, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Silva, Patrícia Garcia Ernando da. “Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de liberdade em São Paulo (1850-1888)”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.
- Silva, Ricardo Tadeu Caires. “Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2000.
- Spix, Johann B. Von, e Karl F. P. Von Martius. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

Recebido: 17 de março de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025